

CÂMARA MUNICIPAL MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ATA N.º 31/2012

Da reunião ordinária do dia três de dezembro de dois mil e doze

(Contém 43 folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Sofia Machado do Couto Gonçalves**-----
VEREADOR **Hugo Louro da Rosa**-----
VEREADOR **Duarte Nuno Machado Veríssimo**-----
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----
VEREADORA **Maria Teresa Valadão Caldeira Martins**-----
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----
VEREADOR **Alonso Teixeira Miguel**-----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

No dia 3 de dezembro de 2012 realizou-se na sala das sessões do edifício dos Paços do Concelho a reunião ordinária da Câmara Municipal Municipal de Angra do Heroísmo.-----

Pelas nove horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal Municipal declarou aberta a reunião.-----

Período da Pré Ordem do Dia

A Presidente, após a saudação, começou o período das informações, com a questão que lhe foi colocada sobre a suspensão dos pagamentos da Associação Cultural Angrense (ACA). Indicou que no dia 20 de novembro foi remetido um email aos Vereadores com o parecer do Dr. Carlos Farinha, questionando se os mesmos o receberam. Os Vereadores assentiram. A Presidente indagou, ainda, se os Vereadores receberam o email enviado no dia 29 de novembro, com o relatório do Tribunal de Contas relativo à dívida pública e encargos plurianuais. O Vereador Fernando Dias anotou que não se trata do relatório final. A Presidente explicou que o relatório final chegou recentemente, na quarta ou na quinta-feira, ressaltando que ainda não o leu. O Vereador Fernando Dias e o Vereador António Ventura inquiriram se o mesmo contém a decisão. A Presidente disse que, segundo o que percebeu do enquadramento que lhe foi feito pela Dra. Rosa Azevedo, numa primeira parte há uma avaliação genérica da Câmara Municipal, mas que não há uma pronúncia ou uma decisão definitiva, dando conta que remeterá o documento aos Vereadores ainda no decorrer desta semana.-----

O Vereador Fernando Dias chamou a atenção para o facto de ter que haver uma decisão do Tribunal de Contas sobre essa matéria antes da apreciação dos documentos previsionais, contém uma determinada verba para pagamento à ACA. O Vereador Fernando Dias considerou que, nestas circunstâncias, não deveria vir nenhuma atribuição de verba à ACA a reunião de Câmara Municipal. A Presidente destacou que trará o último relatório, mas ressaltou que se não houver pronúncia desse tribunal terão de tomar uma decisão em reunião de Câmara Municipal, obrigatoriamente por maioria. Reiterando que ainda nem viu o relatório e que terá de o fazer antes de discutirem o assunto, concluindo que partilha da preocupação do Vereador Fernando Dias, que disse ser a mesma de todos. A Presidente evidenciou que estão a falhar em parte do compromisso, no que se refere às transferências, sublinhando que terão de concluir sobre o que fazer.-----

O Vereador Fernando Dias recordou ter pedido alguma especificação dessa matéria, nomeadamente ao Dr. Carlos Farinha, salientando a sua insistência e reiterando a importância do parecer do tribunal para aprovação dos documentos previsionais.-----

A Presidente apontou que necessitam de ter a salvaguarda da verba em orçamento e manter a suspensão dos pagamentos até que haja pronúncia do Tribunal de Contas, conforme foi proposto pelo Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP). A Presidente indicou que tal deverá ficar explanado na proposta do orçamento, no próprio documento ou em reunião, quando falarem sobre o orçamento.-----

O Vereador Fernando Dias disse que ficaria mais tranquilo se tal não constasse do orçamento e fosse depois objeto de revisão, aquando da pronúncia.-----

A Presidente frisou que é mais seguro ter a verba prevista, ao que o Vereador Fernando Dias perguntou o motivo. A Presidente sublinhou o facto de terem menos cinco milhões no orçamento, comparativamente ao orçamento deste ano, que era de vinte e um milhões, que passaram a vinte e três com a inserção do saldo de gerência, ressalvando que para 2013 será apenas de dezoito mil. O Vereador Fernando Dias assinalou que o orçamento está mais realista, recordando que no deste ano estavam contemplados cinco milhões de receitas de capital proveniente do PROCONVERGENCIA (Programa Operacional dos Açores para a Convergência). A Presidente considerou que não se trata de realismo, destacando a situação que se verificou no corrente ano ao nível das autarquias e da Lei dos Compromissos, apesar de a Câmara Municipal de Angra se encontrar numa situação que apelidou de “rainha”, comparativamente às restantes, porque está estabilizada, concluiu que por isso a execução da Autarquia Angrense será relativamente boa, tendo em conta todo o cenário existente. A Presidente evidenciou, ainda, que terminaram uma série de investimentos e que agora se vão candidatar a outros e que nesta fase, durante a elaboração dos projetos, não há consumo efetivo, o que disse ser uma fase de transição, até ao início de obras e dos pagamentos. O Vereador Fernando Dias acrescentou que o saldo orçamental deste ano será grande certamente, porque houve projetos que estavam a ser executados e onde se verificaram problemas, nomeadamente a empreitadas das calçadas ou a casa de chá. A Presidente assentiu, esclarecendo que tal se verificará apenas em projetos realizados com fundos próprios e não no caso dos fundos comunitários, porque não recebem a despesa da comparticipação. O Vereador Fernando Dias frisou que a Câmara Municipal, no que diz respeito aos fundos comunitários, não os recebeu, mas também não gastou. A Presidente concordou.-----

O Vereador Fernando Dias referiu de seguida que é importante clarificar os encargos com a Culturangra, nomeadamente quanto é que se deve à empresa municipal e se haverá saldo para pagar os compromissos assumidos ainda este ano ou se estes serão transpostos para 2013, uma vez que o prazo para pagamentos da Culturangra é maior do que o da Câmara Municipal. Deu conta de se estar a referir aos compromissos com fornecedores e à questão da conta caucionada da Culturangra. O Vereador Fernando Dias questionou, ainda, qual é a previsão, em termos orçamentais, de estes encargos passarem para o orçamento do próximo ano.-----

A Presidente indicou que a Lei nº50/2012 suscitou diferentes interpretações em várias autarquias do país, recordando que em Angra foi decidida a extinção da empresa municipal Culturangra. A Presidente deu de seguida conhecimento que, há cerca de quinze dias, chegaram a uma nova conclusão, que por sua vez motivou um telefonema da própria para o chefe de gabinete do Secretário de Estado da Administração Local. Do telefonema, a Presidente apontou que ficou esclarecido que até ao final do mês de fevereiro de 2013 terá de ser tomada uma decisão sobre o destino da empresa municipal, seja a venda ou a internalização da empresa. A Presidente acrescentou que depois desse prazo entra em vigor a Lei das Sociedades Comerciais, a partir da qual a empresa passa a um processo de dissolução e liquidação, com base nessa lei, processo este que, segundo a interpretação que foi feita, poderá durar até três anos. Sendo assim, a Presidente deu conta que, em princípio, a proposta será que até 31 de dezembro seja feita a transição do pessoal e se retirem as competências da Culturangra, mas que se mantenham as datas de pagamentos dos compromissos da empresa durante os primeiros dois ou três meses de 2013, ou seja durante o período de dissolução e liquidação da empresa. A Presidente deu o exemplo da nova máquina de cinema digital, cujo pagamento estava previsto ser feito em duas fases, uma neste ano e

outra no próximo ano, e que, segundo o parecer do Dr. Carlos Farinha, deverá ser pago conforme está no contrato, por forma a evitar problemas de garantia. O Vereador Fernando Dias inquiriu se o pagamento será feito em nome da Culturangra. A Presidente respondeu afirmativamente. A Presidente previu para a Assembleia Municipal de abril o encerramento total da empresa, já com prestação final de contas. De qualquer forma, a Presidente indicou será feita uma reunião extraordinária durante a próxima semana, à qual será presente a proposta de internalização, que disse ser um documento relativamente simples, que prevê a inclusão dos funcionários e respetiva listagem com as funções e que assegura que existem fundos disponíveis na Câmara Municipal para esse efeito.-----

O Vereador Alonso Miguel indagou se as instalações se mantêm tal como estão. A Presidente respondeu afirmativamente, anotando que permanece quase tudo na mesma, à exceção da extinção do conselho de administração e da contratação do Revisor Oficial de Contas (ROC), que passa a ser o da Câmara Municipal, bem como o Técnico Oficial de Contas (TOC), o qual disse que poderá levar alguns meses para fechar as contas e a fazer pagamentos.-----

Relativamente aos compromissos da Culturangra, como seja o pagamento a fornecedores, o Vereador Fernando Dias questionou se vão ser liquidados os valores até 31 de dezembro. A Presidente deu conta que está a ser feito um esforço no sentido de liquidar o máximo possível de pagamentos, para se aproximar o saldo do zero. O Vereador Fernando Dias manifestou que concorda com essa decisão, inquirindo se a Culturangra tem liquidez para fazer todos esses pagamentos, tendo em conta que só houve uma transferência da Autarquia para a empresa, de um milhão e duzentos euros. A Presidente recordou que o acordado foi uma transferência trimestral. A Presidente deu ainda conta de que pensa que vão conseguir ficar muito próximos do zero, apesar de as contas terem sido elaboradas a partir do orçamento do ano e não para saldar tudo o que estaria pendente.-----

O Vereador Fernando Dias realçou que a sua preocupação vai no sentido de saber se o orçamento da Câmara Municipal para 2013 incluiu compromissos da Culturangra. A Presidente respondeu negativamente, dando conta que há questões que a nível contabilístico têm de ser consideradas, concluindo que esta é sempre uma dificuldade. O Vereador Fernando Dias reportou-se à primeira parte do parecer do Tribunal de Contas em que é referido um problema de acompanhamento, nomeadamente nos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo (SMAH) e na Culturangra, questão que também disse ter sido levantada pelos Revisores Oficiais de Contas (ROCs). O Vereador Fernando Dias apontou de seguida o problema nos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo (SMAH) da uniformização de *software* ao nível de contas. A Presidente ressaltou que esse problema fica agora resolvido na Câmara Municipal e na Culturangra. O Vereador Fernando Dias frisou que resta a questão dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo (SMAH). O Vereador Fernando Dias indicou que o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) da Câmara Municipal é igual em 2013, concluindo que a alteração diz respeito à previsão das receitas de capital do PROCONVERGENCIA (Programa Operacional dos Açores para a Convergência), quando comparadas com as do orçamento de 2012. A Presidente concordou que há uma redução significativa, que resulta da transição de projetos. O Vereador Fernando Dias acrescentou que passou de cinco para dois milhões. A Presidente anotou ainda o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), cuja proporção era de 60/40 e passa em 2013 para 80/20, manifestando ser contra essa medida do Estado, que concluiu que visa

diminuir o investimento. O Vereador Fernando Dias considerou que a medida faz algum sentido. A Presidente apontou, ainda, que o Estado obriga a que a futura receita extraordinária proveniente do Imposto Municipal de Sobre Imóveis (IMI) seja utilizada para amortização de dívidas bancárias ou para investimento em fundos do Estado, na dívida pública. O Vereador Fernando Dias manifestou que tinha percebido que podia também ser utilizada para pagamentos em atraso a fornecedores com mais de noventa dias.-----

A Presidente deu conta que na elaboração do orçamento se teve em atenção a proposta feita pelo Partido Social Democrata (PSD), reportando-se nomeadamente à proposta de devolver o Imposto Sobre Pessoas Singulares (IRS) aos Municípios, que disse que implicaria uma quebra de mais um milhão no orçamento, concluindo que não há condições para o fazer. O Vereador Fernando Dias deu conta que isso seria se o Imposto Sobre Pessoas Singulares (IRS) fosse os cinco por cento a serem devolvidos, concluindo que se for de dois e meio por cento são quinhentos mil euros.-----

O Vereador Fernando Dias reiterou que a sua questão é se os compromissos em dívida da Culturanga estão consagrados no orçamento da Câmara Municipal para 2013. A Presidente respondeu que, não estando as contas fechadas, os valores não podem ser precisos. A propósito, a Presidente solicitou que os Vereadores enviassem por correio eletrónico eventuais dúvidas que tenham sobre o orçamento ou outros dados que necessitem, para que os possa reunir a tempo da discussão. O Vereador Fernando Dias anotou ser exatamente por isso que levantou essas questões. A Presidente concordou, dando conta que a referida situação terá de ser eventualmente compensada com saldo de gerência. O Vereador Fernando Dias concluiu ter sido por isso que referiu que se o saldo de gerência for grande seria importante executá-lo nestas situações. A Presidente manifestou que desconfia que vai acontecer o mesmo que aconteceu em 2011, ou seja, que vão cair fundos comunitários no final do ano e que serão inseridos em saldo de gerência. O Vereador Fernando Dias reiterou que seria melhor despachar os compromissos da Culturanga. A Presidente retorquiu que tal já está a ser feito e que se está a caminhar para o zero.-----

Em relação à questão da ACA, o Vereador Fernando Dias deu conta que não concorda que esteja contemplado no orçamento o valor a pagar. A Presidente considerou, por seu turno, que se o valor não estiver contemplado estão a assumir claramente que estão a falhar com um compromisso que foi votado na Câmara Municipal, mas que se o colocarem e suspenderem o pagamento até deliberação do Tribunal de Contas estão a acautelar as duas situações. O Vereador Fernando Dias sublinhou que se o valor estiver no orçamento está-se a considerar o pagamento, frisando que este não deve constar até que tenham uma posição do Tribunal de Contas. O Vereador Fernando Dias reafirmou a sua opinião. O Vereador António Ventura apontou que discutirão este assunto na reunião da próxima semana.-----

A Presidente deu conta que a próxima reunião extraordinária terá lugar no dia 12 de dezembro, salvo haja algum atraso na documentação. A Vereadora Teresa Valadão manifestou que não poderá estar presente, uma vez que se encontra na fase final do período letivo e de auto avaliação com os alunos. O Vereador Fernando Dias questionou se existem documentos previsionais em falta. A Presidente respondeu que não, mas que existem outras questões por acautelar, nomeadamente os assuntos que terão de ser remetidos para a Assembleia Municipal, a par dos que têm vindo a ser enviados nos últimos dois meses. A Presidente explicou que falta a internalização, mapa de pessoal e o plano e orçamento, que disse já ter sido remetido, mas que será discutido na próxima

reunião e o tarifário dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo (SMAH). O Vereador Fernando Dias apontou que esta era uma das questões que tinha para colocar, uma vez que o orçamento terá por base o tarifário. A Presidente deu indicação que este será remetido aos Vereadores, mas que não contém grandes alterações. A Presidente explicou que será inserida uma tarifa social e que será feita a adaptação a uma decisão tomada no ano anterior, relativa ao tarifário para entidades públicas, como o hospital, o que disse ter causado um agravamento e que, por isso, serão criados três escalões, concluindo que os restantes ajustes são apenas pormenores.-----

O Vereador Alonso Miguel inquiriu, tendo em conta que a Culturangra será extinta no final do ano, se haverá orçamento para esta empresa municipal. A Presidente respondeu que em princípio não haverá, uma vez que transitará tudo para a Câmara Municipal, mas acrescentou que há algumas questões pendentes, como seja o pagamento da última tranche da máquina de cinema digital. Nesse sentido, a Presidente colocou a possibilidade de um orçamento na ordem dos cem mil euros. O Vereador Alonso Miguel denotou que esse orçamento terá de ser aprovado na Assembleia Municipal. A Presidente indicou que teria de confirmar esta situação. Em relação ao pagamento da máquina, o Vereador Fernando Dias indagou se não poderia ser feita uma adenda ao contrato para que seja a Câmara Municipal a fazer o pagamento. A Presidente respondeu afirmativamente, reiterando que os compromissos da empresa serão pagos pelo município, independentemente da Culturangra estar a encerrar contas até fevereiro ou março.-----

A Presidente voltou à questão da reunião extraordinária do dia 12 de dezembro, que terá lugar por volta das 18 ou 19 horas.-----

A Presidente sugeriu de seguida que antecipassem a reunião do dia 31 de dezembro para o dia 27, quinta-feira. Os Vereadores concordaram.-----

A Presidente passou de seguida aos destaques e informações com a nota que chegou na passada quarta-feira de Boston, da promoção das festas Sanjoaninas, dando conta que ficou impressionada porque foram recebidos de forma excepcional. A Presidente indicou que só foi a Boston e que o Dr. Ricardo Matias foi à Califórnia e ao Canadá, uma vez que a própria não tinha disponibilidade para o fazer. Anotou, ainda, que a SATA ofereceu as passagens e que foram recebidos em casas de particulares. A Presidente manifestou que as pessoas ficaram satisfeitas com o pacote e com o contrato feito com a SATA, que disse ser muito mais barato, uma vez que engloba a passagem, os bilhetes para as touradas e para os concertos. A Presidente explicou que as pessoas se estão a organizar para, a partir do dia 15 de dezembro, começarem a adquirir os bilhetes. Indicou ainda que são três aviões, um a sair de Boston, um de [Oakland](#) e outro a sair de Toronto, que sairão a 18 ou 19 de junho, com regresso marcado para 1, 3 e 4 de julho. O Vereador Alonso Miguel questionou se há estimativa do número de pessoas que virão nesses aviões. A Presidente indicou que há um mínimo previsto de 125 pessoas por avião, acrescentando que tem informação que é muito provável que esgotem os lugares nos três aviões. A Vereadora Teresa Valadão considerou muito interessante a ideia das damas serem uma dos Estados Unidos da América, uma do Canadá e outra do Brasil. A Presidente concordou, indicando que a do Brasil já está selecionada, acrescentando que nos Estados Unidos começaram a aparecer várias propostas nos últimos dias. A Presidente salientou o facto de estas pessoas viverem de uma forma muito mais intensa as tradições, sublinhando ter ficado muita agradada com a visita aos Estados Unidos e com a forma como foram recebidos, tanto no que diz respeito a transportes, como na

oferta das próprias refeições, cujos custos foram assegurados com receitas de festas que foram organizadas naquele país. A Presidente concluiu que se espera receber cerca de novecentas pessoas.-----

O Vereador António Ventura manifestou a sua esperança que tal possa acontecer, uma vez que as outras viagens que foram organizadas aos Estados Unidos e Canadá com esse propósito não tiveram o resultado esperado. O Vereador continuou dizendo que há uma grande expectativa que resulta dessa euforia do contato, considerando que estas pessoas sabem receber muito melhor. O Vereador António Ventura justificou ser por isso que se defende o círculo eleitoral da diáspora. O Vereador António Ventura referiu a questão da realização destes voos poder colmatar a falta que havia na altura das Sanjoaninas, bem como a questão dos preços das viagens, conforme recordou já ter chamado a atenção. A Presidente deu conta que na época alta os preços de uma passagem rondam os mil e duzentos, mil e trezentos dólares, apontando que esse pacote custa oitocentos e sessenta e dois dólares, já com bilhetes das touradas e dos concertos incluídos. O Vereador António Ventura perguntou se é uma tarifa única. A Presidente respondeu afirmativamente, dando conta que é por isso que o mínimo para cada voo é de cento e vinte e cinco pessoas. O Vereador Alonso Miguel considerou o preço baixo. A Presidente concordou, apontando que a SATA foi verdadeiramente parceira neste processo, primeiro por ter oferecido as viagens à Câmara Municipal para ir fazer a promoção das festas e por ter apresentado esse preço, após a Câmara Municipal ter assegurado que ia fazer os possíveis para os voos virem cheios. A Presidente realçou o entusiasmo que existe nas pessoas, apontando inclusive que havia a possibilidade de vir uma marcha dos Estados Unidos, mas que ainda não se sabe se será para 2013 ou 2014. Apesar das eleições autárquicas do próximo ano, a Presidente disse esperar que estas iniciativas se mantenham, independentemente da força política que ganhe as mesmas, uma vez que a deslocação frequente destes emigrantes é uma mais-valia para o município. O Vereador António Ventura concordou que essas campanhas para o mercado da saudade são as melhores, bem como o restante mercado português, que considerou serem os melhores para os Açores, em vez de campanhas para o mercado nórdico. A Presidente disse ainda sobre o mercado da saudade, que há que também considerar o Brasil, reportando-se a experiência do Vereador José Élio Ventura na deslocação que efetuou aquele país. A Presidente sustentou, ainda, que esta tem de ser a abordagem a realizar nesta altura do ano, com a devida antecedência, para que resulte.-----

O Vereador Alonso Miguel concordou que a SATA foi parceira nessa operação, manifestando que isto faz pensar que seria possível praticar outro tipo de preços. A Presidente concordou, mas quando há campanhas.-----

O Vereador António Ventura acrescentou que outro problema para a vinda dos emigrantes é a própria data das Sanjoaninas, que se realizam muito cedo e que não coincidem com a maioria das festas de freguesia.-----

A Presidente referiu ainda os Bailinhos de Carnaval, dando conta que no próximo Carnaval virá um grupo de mulheres com um bailinho da zona da costa Leste dos Estados Unidos. Indicou, ainda, que assistiu a um ensaio do bailinho em que a puxadora falava português, apesar de perceber mal a língua. O Vereador António Ventura apontou que normalmente vem sempre à Terceira um bailinho das comunidades, apesar deste ano tal não ter acontecido. A Presidente ressaltou que segundo julga já não vem um há dois ou três anos, dando conta de ter sido informada que este ano fizerem um bailinho sobre a SATA e sobre os preços que esta pratica.-----

O Vereador Fernando Dias perguntou se houve recolha de fundos. A Presidente respondeu afirmativamente. O Vereador Fernando Dias inquiriu como tal ocorreu. A Presidente deu indicação que a comissão das Sanjoaninas contactou várias pessoas nos diferentes locais que ficaram responsáveis localmente por organizar várias festividades, cujo remanescente das receitas será enviado para a Culturangra. A Presidente referiu ainda que, por exemplo, na Califórnia algumas pessoas tomaram a iniciativa de contribuir diretamente para a festa e que essa verba foi considerada como um donativo. A Presidente explicou ainda que na localidade onde esteve venderam-se rifas que tinham como prémios bilhetes para as touradas e para os concertos. O Vereador Fernando Dias indagou se, depois da extinção da Culturangra, a Câmara Municipal poderá receber essa receita. A Presidente respondeu que teoricamente sim, acrescentando que no próximo ano terão de ver um novo regulamento de taxas, nomeadamente para a publicidade, concluindo que é um assunto que está agora entre mãos. A Presidente colocou ainda a hipótese de uma determinada entidade pagar diretamente um evento das Sanjoaninas.-----

A Presidente deu conhecimento que a 24 de novembro decorreu a cerimónia de entrega de prémios do Angra Late Clube, na qual esteve presente o Vereador António Gomes. Informou que no dia 30 de novembro teve lugar a homenagem ao cantador Mota, pela Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores – Ribeirinha. No dia 1 de dezembro, indicou que decorreu a Conferência Internacional de Empreendedorismo, cuja qualidade da organização foi exaltada pela Vereadora Teresa Valadão, que ressaltou igualmente a necessidade de serem realizadas mais iniciativas do género, principalmente nos dias que correm, que qualificou de negativos e depreciativos. A Vereadora Teresa Valadão reportou, ainda, que ouviu vários elogios à qualidade do evento, concluindo que parcerias como esta dignificam e valorizam a qualidade de tudo o quanto é feito. A Presidente ressaltou que a Autarquia teve a sorte de o André Leonardo ter proposto esta parceria, concordando que a Câmara Municipal deve continuar a fazê-lo. A Presidente sublinhou que a criatividade, a escolha dos oradores, da equipa de trabalho foi feita pelo André Leonardo. A Presidente elogiou toda a organização, desde a decoração ao marketing, bem como os oradores, que disse terem todos experimentado “a falha”, alguns inclusive mais do que uma vez, sem desistirem. A Presidente concluiu que correu tudo muito bem. O Vereador António Ventura apontou que são experiências de vida e histórias excecionais.-----

A Presidente deu de seguida conta da agenda cultural para os próximos dias.-----

Seguidamente a Presidente solicitou a inclusão dos pontos fora da agenda, que foi aprovada por unanimidade.-----

O Vereador Alonso Miguel deu conta que o Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP) não poderá comparecer na reunião extraordinária marcada para o dia 12 à hora combinada. Nesse sentido, a mesma foi alterada para as 15 horas.-----

A Presidente colocou de seguida à votação a ata número 28/2012, de 22 de outubro, que foi aprovada por maioria, com uma abstenção do Partido Socialista (PS), com as alterações propostas.-----

O Vereador Fernando Dias recordou ter pedido o parecer da Direção Regional de Cultura sobre a intervenção nas calçadas de Angra do Heroísmo. A Presidente disse ter

ideia que o mesmo já havia sido remetido, pedindo desculpa caso ainda não o tivessem feito.-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu para quando estão previstos os trabalhos de sinalização nas avenidas. A Presidente respondeu que está a decorrer o procedimento, incluirá vários arruamentos no Concelho e que está em fase de conclusão. O Vereador Fernando Dias perguntou qual a previsão para o fim deste processo. A Presidente esclareceu esperar que o procedimento esteja terminado antes do final do ano.-----

O Vereador Fernando Dias indagou sobre o interesse dos munícipes no orçamento participativo, uma vez que a Presidente apelou à mesma. A Presidente indicou que trará o relatório com a estatística sobre essa matéria, adiantando que houve alguma participação e sugestões interessantes.-----

O Vereador Fernando Dias falou de seguida a outro assunto, relativo à Junta de Freguesia do Raminho, referente ao troço da Canada do Campo de Jogos e aos muros que foram demolidos e que estão agora a ser reconstruídos. Deu conta que o Presidente da referida junta de freguesia julgava que tal constava do projeto da empreitada, questionando se é assim e acrescentando ter tido informação que durante o dia de hoje decorrerá uma reunião do mesmo com a Presidente.-----

A Presidente confirmou a realização da reunião, dando conta que a mesma terá lugar pelas dezasseis horas. A Presidente explicou que foi decidido criar, posteriormente, mais uma ligação na freguesia. Ressalvou que é uma obra superior a meio milhão de euros, sublinhando que têm surgido várias situações na empreitada que têm vindo a ser corrigidas. Deu alguns exemplos, como os muros e uma casa. Sobre a situação em particular, a Presidente deu conta que implica um custo acrescido de cerca de trinta mil euros para fazer a referida ligação e para prolongar a estrada. Assim, concluiu que o pedido manifestado pela junta de freguesia foi atendido pela Câmara Municipal, embora questione a urgência da intervenção. Deu conta de ter sido informada pelos serviços técnicos que seria uma intervenção útil, mas não urgente, uma vez que existem outras ligações alternativas. Indicou ter contactado com o Presidente da junta de freguesia e de o ter informado que se ia decidir se a intervenção seria outro procedimento. Concluiu que a situação não está prevista na empreitada, mas que será resolvida possivelmente ainda durante o corrente mês.-----

O Vereador António Ventura ressaltou que há urgência em concluir este procedimento, dando conta que a situação atual tem causado o arrastamento das terras. O Vereador Fernando Dias acrescentou, ainda, que a zona está praticamente sem luz. O Vereador António Ventura frisou, ainda, a questão da drenagem das águas. A Presidente disse já ter explicado a questão ao Presidente da junta de freguesia, evidenciando que o problema existe e que há uma zona de concentração da água da chuva e de arrastamento de terras, que se encontra a montante de uma ribeira existente que passa a cerca de quinhentos metros. Indicou que se considera a possibilidade de fazer inicialmente uma ligação entre esta zona e a ribeira, mas os orçamentos eram exorbitantes por implicarem verbas de mais de cem mil euros. A Presidente destacou que as águas derivam também de estradas agrícolas, de terrenos baldios e particulares, e que, por isso, se contactou o antigo elenco do Governo Regional e que o então Secretário Regional do Ambiente solicitou que a questão fosse oficializada. Concluiu que foram solicitados estudos hídricos e uma apreciação para que o Governo Regional pudesse decidir sobre a sua participação nesse processo. A Presidente deu ainda conta que já solicitou uma reunião com o novo Secretário Regional que tutela o Ambiente para

o colocar a par da situação. A Presidente reiterou que o presidente da junta da freguesia está a par da situação. A Presidente destacou ainda que os técnicos da Câmara Municipal têm acompanhado a situação ativamente, frisando que as soluções propostas são exageradamente caras, mas que apesar disso têm estado a encontrar soluções e a resolver os problemas, sublinhando que o presidente da junta de freguesia está a par dos desenvolvimentos. A Presidente evidenciou, ainda, que têm sido feitos grandes investimentos na freguesia do Raminho, ao contrário dos comentários que anotou ter ouvido, ressaltando ser uma das freguesias que mais investimento tem tido por parte da Câmara Municipal. O Vereador Fernando Dias referiu que tal aconteceu este ano. A Presidente acrescentou que no ano passado também ocorreu, à semelhança dos últimos anos, em função do que tem vindo a ser solicitado pelo presidente da junta de freguesia.-----

Em relação aos comentários, o Vereador Fernando Dias anotou que os mesmos não são dirigidos a esta Câmara Municipal, concluindo que as pessoas reconhecem o trabalho que está a ser feito. A Presidente manifestou que não é essa a questão, mas sim de reconhecer o investimento que tem vindo a ser feito, apesar de não ser possível resolver todos os problemas de uma só vez, nem no mesmo ano, tendo em conta os custos envolvidos, daí as soluções alternativas e a possibilidade de envolver o Governo Regional.-----

O Vereador António Ventura chamou a atenção pelo facto do presidente da junta de freguesia estar em funções há muito tempo, por isso muitas vezes se pronuncie de uma forma mais agitada, por ter convivido com a falta de vontade para com a freguesia do Raminho ao longo dos anos. O Vereador alertou, igualmente, para a necessidade de resolver o problema, destacando que com o tempo, e com uma grande chuvada, os custos de repor as estruturas poderão ser ainda maiores. A Presidente afirmou que esse risco existe naquele local como noutras freguesias do Concelho, considerando que agora o risco até é menor, já que foram consolidadas várias estruturas. A Presidente apontou, ainda, que a maior situação de perigo já foi colmatada. O Vereador António Ventura reportou novamente a opinião do presidente da junta de freguesia, que considera que deve ser construído outra estrutura. A Presidente reiterou que não há orçamento para fazer tudo, apesar de ter reforçado as transferências para todas as juntas de freguesia do Concelho.-----

Depois de fazer o ponto de situação sobre a questão anterior, o Vereador António Ventura pediu informação sobre a situação dos bares do Porto das Pipas. A Presidente disse que esperava ter alguma informação suplementar para fornecer aos Vereadores a breve trecho.-----

A Vereadora Teresa Valadão referiu que foi reaberto o bar na Rua de São João e que o barulho tem sido insuportável, dando conta de lhe terem chegado queixas dos vizinhos. A Presidente deu conta que o barulho não é do bar de baixo, mas sim do bar do Angrense. A Presidente acrescentou ainda que o bar de baixo foi insonorizado e que não tinha conhecimento sobre a situação reportada.-----

O Vereador Alonso Miguel questionou, relativamente a questão das dívidas das rendas do bar Farol.-----

O Vereador António Ventura referiu de seguida uma situação mencionada num artigo de opinião, relativa à necessidade de limpeza da muralha que circunda o Monte Brasil,

acrescentando que o furacão “Nadine” provocou algum desgaste no suporte da muralha, o que implica riscos de desabamento. O Vereador considerou que é necessário alertar o Governo Regional, bem como o Ministério da Defesa sobre esta situação. Por outro lado, o Vereador António Ventura manifestou que seria interessante visitar os vestígios arqueológicos encontrados nesse local. Inquiriu, ainda, se é necessária autorização para a visita. O Vereador Alonso Miguel indicou que sim, dando conta que se irá informar a esse propósito. O Vereador António Ventura sugeriu que fosse a Câmara Municipal a tratar desse procedimento. A Presidente concordou, dando conta de supor que o Ministério da Defesa não terá verba para essa intervenção.-----

A Vereadora Teresa Valadão deu conta que alguns munícipes lhe reportaram que as passadeiras da Guarita ainda não foram pintadas. A Presidente indicou que estas estão incluídas no já referido procedimento, reiterando a ideia que deverá ser concluído brevemente.-----

A Vereadora Teresa Valadão indicou ainda que os seus colegas responsáveis pela alimentação saudável do PROFIJ (Programa Formativo de Inserção de Jovens) estão muito preocupados porque lhes falaram de um novo modelo, em que seriam estes a gerir o dinheiro. Deu ainda conhecimento que as colegas consideram que o antigo modelo funcionava muito bem e que, nesse sentido, foi sugerido que este último se mantivesse. A Presidente informou que o antigo modelo não é possível manter, uma vez que a Culturangra será extinta e que a Câmara Municipal não tem essa atribuição, mas colocou a possibilidade de estabelecerem parceria com alguma entidade ou associação, concluindo que se está a equacionar a melhor hipótese. A Vereadora Teresa Valadão reiterou a questão da dificuldade na contabilidade escolar, que a Presidente disse perceber.-----

O Vereador Alonso Miguel disse ter três questões a colocar, começando por referir uma situação relativa à rotunda Álvaro Martins Homem, abordada na última reunião, que a Presidente disse já ter sido corrigida.-----

O Vereador Alonso Miguel questionou, de seguida, sobre a substituição das máquinas dos parquímetros, indicando que estava previsto que o procedimento tivesse terminado no mês de novembro, conforme disse constar em ata. Questionando sobre o ponto de situação. O Vereador Fernando Dias apontou que ainda não começou a substituição.-----

A propósito, a Dra. Isabel Correia, que entretanto foi chamada à reunião, confirmou que a informação inicial era que as máquinas seriam substituídas até ao final do mês de novembro, explicando que, tendo em conta a cor que foi escolhida houve com certeza algum atraso na fábrica. O Vereador Alonso Miguel apontou que a informação sobre a data prevista para o fim da substituição consta na ata aprovada. A Presidente ressaltou que a cor inicialmente prevista era o azul, anotando que depois definiram que seria cinzento. O Vereador Alonso Miguel acrescentou que estava previsto no caderno de encargos a pintura das máquinas de cinzento. A Dra. Isabel Correia confirmou, acrescentando que no centro da cidade serão substituídas por novas, já com essa cor, concluindo que ia recolher informação. A Presidente frisou a importância dessas máquinas estarem a funcionar a partir de 1 de janeiro, altura em que entra em vigor o novo regulamento de parquímetros. A Dra. Isabel Correia reportou que não há acréscimo de funcionalidades com as novas máquinas, concluindo que não há em termos práticos qualquer dificuldade, apesar de esperar que as novas máquinas cheguem em janeiro.-----

O Vereador Alonso Miguel recordou ter apresentado uma questão, que disse pensar ter sido colocada ao anterior executivo, sobre a colocação de publicidade nos postes de luz. Deu conta que lhe foi dito que seria feito um levantamento sobre as autorizações concedidas. A Presidente respondeu que o processo não foi concluído, porque os técnicos estão ocupados com o levantamento relativo ao Imposto Sobre Imóveis (IMI), que terá de ser feito até ao final do ano. O Vereador Fernando Dias anotou que há um relatório elaborado a propósito desse assunto, que disse incluir fotografias. A Presidente confirmou que existe um primeiro relatório, mas que não foi a própria a entregá-lo, concluindo que é anterior ao período em que está em funções.-----

Período da Ordem do Dia

DELIBERAÇÕES AUTORIZAÇÕES E LICENCIAMENTOS

Suspensão/condicionamento de Trânsito

Ent. 6416 – Pedido efetuado pela **Associação de Atletismo da Ilha Terceira**, com vista à suspensão de trânsito na Praça Velha, Rua da Sé, Alto das Covas, Rua de São João, Rua dos Minhas Terras e Rua Direita, freguesia da Sé, no dia 8 de dezembro de 2012, das 10:00 às 12:00 horas, destinada à realização da corrida do património, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 1701 – Pedido efetuado pela **Junta de Freguesia da Feteira**, com vista à suspensão de trânsito, na Estrada Regional n.º 1 de 1ª, freguesia da Feteira, no dia 1 de dezembro de 2012, destinada à realização dos festejos do dia da freguesia, para ratificação do ato praticado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara**

Municipal Municipal, por unanimidade, ratificou o ato administrativo praticado pela Presidente da Edilidade.-----

DELIBERAÇÕES OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

Pedidos de Isenção de pagamento de taxas

Pº 13/2012/121 - Requerimento datado de 5 de Novembro do corrente ano, de **Carlos Agostinho Parreira Leal**, residente na Rua Beato João Baptista Machado, n.º 40, freguesia de Conceição, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 2, artigo 5º, do Regulamento Municipal de Taxas, a isenção do pagamento, no todo ou em parte, da taxa de 131,00€ (cento e trinta e um euros), devida pela emissão do alvará de construção, referente às obras de substituição de cobertura do edifício sito no lugar acima mencionado. Encontra-se munido de pareceres do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal Municipal, por unanimidade, deliberou isentar as devidas taxas em 50%.**-----

O Vereador Alonso Miguel questionou se a isenção é de cinquenta por cento. A Presidente respondeu afirmativamente.-----

O Vereador Alonso Miguel considerou que deverá começar a constar da minuta se os pareceres das chefias são favoráveis ou não, com a respetiva fundamentação. A Presidente indicou que neste caso as chefias referem o que está previsto e que a decisão deverá ser tomada na reunião de Câmara Municipal. O Vereador Fernando Dias anotou que umas vezes vem e outras não. A Presidente assentiu.-----

Pº 02/2008/52 – Ofício nº 552, de 27 de Novembro do corrente ano, da SPRHI – Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infra-Estruturas, S.A., com sede na Rua do Pasteleiro, nº 30-A, concelho da Horta, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 2, artigo 5º, do Regulamento Municipal de Taxas, a isenção do pagamento, no todo ou em parte, da taxa de 13.163,63€ (treze mil cento e sessenta e três euros e sessenta e três cêntimos), devida pela emissão do alvará, referente ao loteamento de um terreno na Canada Entre Muros, freguesia de São Mateus, destinado a habitação social. Encontra-se munido de pareceres do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do PS (Partido Socialista) e dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) e 1 abstenção do Vereador do CDS-PP (Centro Democrático Social/Partido Popular, deliberou isentar as devidas taxas em 50%.**----

A Presidente indicou que a isenção é de cinquenta por cento.-----

O Vereador Alonso Miguel indagou se a referida obra está feita ou se está ainda por iniciar.-----

O Vereador Fernando Dias ressaltou que se é referente à emissão do alvará do loteamento é porque a obra está feita.-----

A Presidente deu conta que partiu do pressuposto que é uma construção nova. O Vereador Alonso Miguel inquiriu para quando é que está previsto o início da referida obra. A Presidente reiterou que não colocou essa questão, apontando que se trata do loteamento de terreno para construção de 47 fogos de habitação social e do pedido para isenção da licença de loteamento, que o Vereador Fernando Dias destacou ser dada pela Câmara Municipal, daí que na mesma exista informação a esse respeito, designadamente se é novo ou não.-----

O Vereador Alonso Miguel manifestou que é estranho esta informação não constar do processo. A Presidente indicou que exatamente por isso não levantou a questão, reiterando que assumiu que se trata de 47 novos fogos, já que, caso contrário, teria de vir referido que se trata de um processo de legalização. O Vereador Alonso Miguel afirmou que o que está em causa é não haver informação suficiente. A Presidente frisou que o pedido se encontra enquadrado na lei, no regulamento municipal de taxas, sublinhando que essa é a informação técnica da Câmara Municipal. De qualquer modo, a Presidente garantiu que a informação será apurada.-----

O Vereador Alonso Miguel reiterou a importância do parecer dos técnicos estar explanado na minuta.-----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Fixação do contingente de táxis para o Concelho de Angra do Heroísmo

Ent. 1777 - Proposta do Chefe de Divisão de Conformidade e Qualidade no sentido de ser fixado o contingente de táxis para o Concelho de Angra do Heroísmo em 69 vagas, nos termos do artigo 9.º, n.º1 do Regulamento Municipal do Exercício da Atividade de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros (táxis).
- A Câmara Municipal Municipal, por unanimidade, concordou com esta proposta.--

A Presidente explicou que, com base no regulamento, é proposto que se fixem em 69 as vagas, que correspondem às que existem de momento, conforme consta da informação, tal como constatou o Vereador Fernando Dias. A Presidente acrescentou que não existe a abertura de concurso público com vista à atribuição de novas licenças.-----
O Vereador António Ventura considerou que o número continua a ser excessivo para o Concelho. A Presidente ressaltou que os táxis não estão todos na rua ao mesmo tempo, uma vez que se dividem por turnos. O Vereador António Ventura anotou que trabalham muitos à mesma hora, no fim-de- semana, por forma a conseguirem obter algum rendimento, concluindo que o trabalho durante a semana é insuficiente.-----

Pedido de parecer prévio – transcrição de atas

Ent. 1761 – Informação da Subunidade de Contratação Pública e Gestão Patrimonial dando conta da necessidade de ser submetido ao órgão executivo o pedido de parecer previsto no artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para 2012, relativamente à aquisição de serviços de transcrição de atas das reuniões da Câmara Municipal Municipal. Esta informação vem acompanhada do correspondente pedido de parecer da Presidente para efeitos de deliberação do órgão executivo. – **A Câmara Municipal Municipal, por maioria, com 6 votos a favor**

da Presidente, dos Vereadores do PS (Partido Socialista) e dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) e 1 voto contra do Vereador do CDS-PP (Centro Democrático Social/Partido Popular), deliberou emitir parecer favorável quanto à aquisição do serviço em causa.-----

A Presidente deu conta que houve uma falha neste processo, uma vez que houve adjudicação sem se ter respeitado o pedido de parecer prévio, concluindo que se pretende agora regularizar a situação.-----

O Vereador Alonso Miguel indagou sobre o sucedido. A Presidente explicou que a lei obriga a que os procedimentos acima de cinco mil euros venham a reunião de Câmara Municipal e sejam sujeitos a parecer prévio, cuja definição disse constar do processo. O Vereador Alonso Miguel questionou a data do fim do contrato com a empresa, que a Presidente disse ser anual.-----

Independentemente do parecer prévio, o Vereador Alonso Miguel considerou que as atas têm problemas, nomeadamente o facto de estarem sempre atrasadas. A Presidente indicou que neste aspeto há responsabilidade da Câmara Municipal, recordando já ter referido isso mais do que uma vez, facto comprovado pelo Vereador Fernando Dias. A Presidente explicou que antes das atas virem a reunião de Câmara Municipal são sempre revistas internamente. A Presidente indicou, ainda, que desde meados do ano, tendo em conta as alterações legislativas, tem havido trabalho acumulado e alguma dificuldade em atender a tudo.-----

O Vereador Alonso Miguel disse que está previsto na lei que uma ata tem de ser entregue de uma reunião para a outra. A Presidente afirmou não ter conhecimento dessa norma. O Vereador Fernando Dias confirmou também já ter lido essa informação. A senhora Fernanda Santos evidenciou que na lei diz que na ata deve constar o que de essencial se passa nas reuniões, ressalvando que as atas desta Câmara Municipal contêm muito mais informação. A Presidente supôs que é por isso que aprovam a minuta da ata no próprio dia da reunião.-----

O Vereador Alonso Miguel manifestou ainda ter ficado com a ideia de que o custo de cada ata era cento e cinquenta euros. O Vereador Fernando Dias e a Presidente deram conta de ter ideia de que o valor é esse, indagando se o mesmo tem o IVA incluído ou não. O Vereador Alonso Miguel inquiriu o número de atas previstas no contrato. O Vereador Fernando Dias respondeu que são 30 atas, no valor de cinco mil e quatrocentos euros, acrescidos de IVA, o que totaliza seis mil euros. A Presidente indagou se nas 30 estão contempladas as reuniões extraordinárias. O Vereador Fernando Dias retorquiu que 24 é o número previsto. O Vereador António Ventura ressaltou que também se recorda de que cada ata eram cento e cinquenta euros. A senhora Fernanda Santos colocou a hipótese desse ser o preço do ano passado. O Vereador Alonso Miguel apontou que se são alterados os termos do contrato estes têm de ser públicos. A Presidente esclareceu que tem competência para fazer um despacho tendo em conta o valor em causa, reiterando que falta apenas o parecer prévio.-----

A Dra. Isabel Correia explicou que o acerto é feito em relação às atas remanescentes até ao final do ano, para acertar o valor total. Indicou que o valor total eram seis mil euros, dando conta que a compra é feita à unidade, mas que o que interessa para a Lei de Orçamento de Estado é o valor total da aquisição, os referidos seis mil euros. Esclareceu que o erro da Câmara Municipal teve por base o facto de não se ter remetido ao órgão executivo o pedido de parecer prévio, obrigatório para as aquisições de

serviços deste montante. Indicou que se está a tentar regularizar a situação ao submetela ao órgão executivo. Para tal, disse que têm de fazer a demonstração que existe uma redução, que neste caso é de dez por cento, aplicada ao valor global, que dará os cinco mil e quatro centos euros. Concluiu que terão de acertar nas faturas posteriores esse valor para que não haja necessidade de devolução de dinheiro. Afirmou ainda que esta é a solução mais prática.-----

Os Vereadores e a Dra. Isabel Correia discutiram os valores que estavam no processo. O Vereador Fernando Dias chamou a atenção para o facto de que tinham todos de memória que cada ata custava cento e cinquenta euros. A Dra. Isabel Correia esclareceu que a primeira ata foi feita a um preço promocional de cento e cinquenta euros, tendo as restantes custado duzentos euros, concluindo ser por isso que consideravam que as contas não estavam a bater certo.-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu sobre o valor unitário das atas deste ano. A Dra. Isabel Correia apontou que é de duzentos euros, ressaltando que o preço promocional da primeira não foi aplicado no corrente ano. Assim, o Vereador Fernando Dias concluiu que o preço final passa dos duzentos para os cento e oitenta euros.-----

A Dra. Isabel Correia reportou ainda ter reunido com o representante da empresa, perante esta situação, que lhe deu conta do trabalho e do tempo que envolve a transcrição integral de atas, concluindo que o preço pago por hora acaba por ser irrisório. O responsável da empresa indicou ainda a dificuldade que têm em encontrar prestadores de serviços disponíveis a fazer este trabalho por este preço.-----

O Vereador Fernando Dias concluiu que em vez dos cento e cinquenta são os duzentos e que com a redução passa para cento e oitenta.-----

O Vereador Alonso Miguel disse não perceber a razão de não terem sido devidamente informados sobre esta situação.-----

A Dra. Isabel Correia aproveitou para pedir desculpa pelo erro ocorrido. Deu ainda conta que esta redução vai manter-se para a próxima Lei de Orçamento de Estado.-----

O Vereador Alonso Miguel questionou novamente sobre o preço unitário de cada ata. A Dra. Isabel Correia indicou que é de duzentos, que com a redução ficaram a cento e oitenta euros, acrescentando que as últimas sete atas, estão a ser pagas a cento e catorze.-----

O Vereador Fernando Dias concluiu que pegando no valor global e dividido pelas trinta atas chegam aos referidos cento e oitenta euros.-----

Despesas de representação – pagamento com eficácia retroativa

Ent. 6147 - Proposta de ratificação do pagamento com eficácia retroativa, das despesas de representação efetuado entre 30 de agosto e 31 de dezembro de 2012, a submeter a deliberação do órgão deliberativo, nos termos do artigo 24.º, n.º 2 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e do 128.º, n.º 2, al. a) do Código do Procedimento Administrativo. – **A Câmara Municipal Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente e dos Vereadores do (PS) Partido Socialista, e 4 abstenções dos Vereadores do PSD**

(Partido Social Democrata) e do Vereador do CDS-PP (Centro Democrático Social/Partido Popular), concordou com esta proposta de ratificação e deliberou submeter a mesma à Assembleia Municipal, nos termos supramencionados.-----

A Presidente explicou que as chefias têm direito às despesas de representação, mas que, com a publicação da Lei n.º 49/2912, de 29 de agosto, esse passa a ter de ser obrigatoriamente deliberado em Assembleia Municipal. Concluiu que, por isso, tem de haver proposta da Câmara Municipal e deliberação, salvaguardando que tal poderá ter efeitos retroativos. A Presidente indicou que a Direção Regional da Organização e Administração Pública (DROAP) também deu um parecer, que tal poderá ter efeitos retroativos, à data de aplicação da lei. A Presidente deu conta que se propõe que se mantenham as funções e que quem vier a partir de janeiro, exercer as futuras funções, tenha direito às despesas de representação.-----

O Vereador Alonso Miguel indagou se essa aplicação não deveria ter acontecido logo quando a mesma entrou em vigor. A Presidente mencionou novamente que a lei entrou em vigor a 29 de agosto, já quase em setembro, dando conta de que não se aperceberam da situação, evidenciando que não é caso único nos municípios.-----

A Presidente anotou que este ponto diz respeito à Câmara Municipal, dando conta que fora da agenda estão os Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo (SMAH).-----

O Vereador Fernando Dias disse ser correta a maneira como está apresentada a questão ao nível da Câmara Municipal, uma vez que contém uma informação dos recursos humanos a dizer quem é e qual o valor, ressaltando que tal não acontece ao nível dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo (SMAH), considerando que tal deve ser objeto de retificação. O Vereador Fernando Dias indicou ter dúvidas, já que o decreto de lei refere-se a direções intermédias de primeiro e segundo grau e na proposta estão direções intermédias de terceiro grau também incluídas. Nesse sentido, questionou se as direções intermédias de terceiro grau também recebem despesas de representação.-----

A Dra. Isabel Correia indicou que na proposta da orgânica que veio a reunião de Câmara Municipal, para ser depois submetida à Assembleia Municipal, está descrito como é que é feito o recrutamento do terceiro grau e o direito à remuneração e às correspondentes despesas de representação. Salientou que a lei permite que haja dirigentes de terceiro grau a receber, desde que os abonos a que esse dirigente tem direito estejam plasmados na orgânica, que reiterou já ter sido aprovada.-----

O Vereador Fernando Dias reportou-se ao artigo 24º da lei dos dirigentes, que passou a ler, manifestando ter alguma dificuldade em perceber a questão. Destacou de seguida que esta questão consta também nas informações da Direção Regional da Organização e Administração Pública (DROAP), reiterando que o mesmo nunca refere dirigentes de terceiro grau, manifestando ser por isso que a sua conclusão é que os dirigentes de terceiro grau não têm direito a despesas de representação.-----

A Dra. Isabel Correia foi recolher informação sobre o assunto, tendo regressado posteriormente e confirmado que o primeiro e segundo grau da direção intermédia é que estão em causa na proposta de ratificação das despesas de representação, apesar de no quadro em anexo constarem os valores do terceiro grau. Explicou que as despesas de representação do terceiro grau decorrem da própria orgânica, anotando que já decorriam na lei que estava em vigor, aprovada em 2010 e que entrou em vigor em 2011 e decorrem da orgânica que vai ser aprovada e submetida à Assembleia Municipal.

Concluiu que em relação ao terceiro grau não se verifica qualquer necessidade de ratificação, porque corresponde sempre ao que está previsto na orgânica. Reportou-se ainda à Lei nº 2/2004, do Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública, que no artigo 31º refere que “ao pessoal dirigente são abonadas despesas de representação”, acrescentando que esta tem sido igualmente a interpretação de todas as Câmaras Municipais, com base no que está definido na orgânica, tal como a remuneração, o recrutamento e as competências.-----

O Vereador Fernando Dias apontou que há uma informação dos recursos humanos a indicar quais são os beneficiários. A Dra. Isabel Correia acrescentou que se inclui o terceiro grau apenas para se ter uma visão global, reiterando que não se estão a reportar nesta deliberação ao terceiro grau, cuja legitimidade para receber estas despesas de representação decorre da orgânica.-----

A Presidente resumiu que a lei prevê o direito do primeiro e segundo grau, mas que tem de ser sujeito à deliberação da Assembleia Municipal, enquanto o terceiro grau ou outros são deliberados mas ao nível da orgânica.-----

A Dra. Isabel Correia explicou ainda a questão do terceiro grau não é levantada pelos motivos supracitados, daí que a Direção Regional da Organização e Administração Pública (DROAP) não a tenha levantado também. O Vereador Fernando Dias indicou que o primeiro e segundo grau também estão nas orgânicas.-----

Empreitada das calçadas da cidade de Angra do Heroísmo – alteração do Plano de Trabalhos, Plano de mão de obra, Plano de Equipamentos, Cronograma Financeiro e proposta de soluções alternativas

Ent. 6177 - Carta da fiscalização da empreitada das calçadas da cidade de Angra do Heroísmo. Submete para aprovação uma alteração do Plano de Trabalhos, Plano de mão-de-obra, Plano de Equipamentos e Cronograma Financeiro. Este documento resulta da exigência da deliberação camarária de 22 de outubro de 2012, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 404.º do Código dos Contratos Públicos.-----

Ent. 5881 - Carta da fiscalização da empreitada das calçadas da cidade de Angra do Heroísmo, fazendo um ponto de situação relativo ao contrato. Propõe duas soluções alternativas: **a)** Aprovação do Plano de trabalhos (SGD_6177 também presente a esta reunião) ou **b)** Resolução do contrato, caso não venha a ser aprovado o Programa de Trabalhos.-----

Este assunto foi retirado, devendo ser reagendado numa próxima reunião do executivo municipal.-----

Empreitada de construção da nova escola da Ribeirinha – eventual aplicação de sanção contratual

Ent. 1596 - Informação do CDUIM, que fiscaliza a empreitada de construção da nova escola da Ribeirinha, para eventual aplicação de sanção contratual por incumprimento do prazo de execução global da empreitada, nos termos do artigo 403.º do Código dos

Contratos Públicos. – A Câmara Municipal retirou este assunto, devendo o mesmo ser reagendado numa próxima reunião do executivo municipal.-----

A Presidente começou por referir que se trata de uma situação complicada, explicando tratar-se do relatório em relação à Escola da Ribeirinha, que não estava concluída à data da realização do mesmo. Indicou que se trata do cálculo das multas, no valor de cerca de quatrocentos e trinta e seis mil euros, apontando já que têm fornecedores da empresa Meneses & McFadden, Lda “à perna”, um em particular, a solicitar que se faça cedência de créditos, reportando que ficou de dar uma resposta o mais rapidamente possível. Deu conta que a empresa Meneses & McFadden, Lda não aceita ceder créditos, porque tem vários fornecedores, acrescentando que o gestor do Processo de Revitalização, esteve na Câmara Municipal e que disse que não se deve fazer cedência de créditos, para que não haja um fornecedor que seja favorecido em relação aos outros. Perante a multa e o facto de se saber a situação em que se encontra a Meneses & McFadden, Lda, de incumprimento total e absoluto e de dívidas a fornecedores, a Presidente indicou que ao aplicarem a multa a mesma não vai ser paga, afirmando que esta situação não estará a afetar especificamente a empresa de construção, mas sim os fornecedores a quem a mesma deve dinheiro. Apontou, de seguida, que se não se transferir esse dinheiro para a Meneses & McFadden, Lda está a criar-se um problema ainda mais gravoso à empresa e a todos os seus fornecedores. A Presidente manifestou que, numa situação normal, a sua posição seria, em caso de incumprimento pagarem, uma vez que não pode haver favorecimentos ao setor privado. Neste caso em particular, a Presidente apontou que o seu entendimento pessoal é que, tendo em conta o interesse público e o do Município, se perdoe esta multa, para que o empreiteiro possa pagar aos seus fornecedores e aos funcionários. Concluiu que os danos que vão provocar ao não transferir o valor em causa serão muito gravosos. A Presidente destacou ainda que a obra está feita e que o serviço foi prestado, mas os fornecedores ainda não receberam.-----

O Vereador Alonso Miguel considerou que o que a Presidente referiu faz sentido, no entanto, afirmou que a responsabilidade do incumprimento nunca é imputada à Meneses & McFadden Lda, que acaba por nunca sofrer as consequências dessa situação. A Presidente retorquiu que a empresa está a sofrer várias consequências. O Vereador Alonso Miguel ressaltou que isso não acontece da parte da Câmara Municipal. A Presidente concordou que assim será, se não houver aplicação da multa, reiterando os argumentos anteriormente apresentados. O Vereador Alonso Miguel reafirmou que concorda com essa posição, mas frisou que considerou importante chamar a atenção deste pormenor. A Presidente apontou que o assunto está à discussão, referindo que também concorda com a posição do Vereador Alonso Miguel, mas sustentando que estes não serão penalizados desta forma, mas sim com dívidas de milhões, que o Vereador Alonso Miguel indicou serem resultado da má gestão da empresa. A Presidente afirmou que isso é incontestável, reiterando que desta forma estarão a penalizar fornecedores e funcionários, que ficam com menos quatrocentos e trinta e seis mil euros. A Presidente reiterou que será muito mais gravoso para o Município aplicar a multa, sublinhando que a aplicação da mesma é uma possibilidade, mas que não é obrigatória por lei.-----

O Vereador Alonso Miguel reportou-se ao relatório referente ao pedido de prorrogação de prazo, afirmando que há determinadas coisas que o chocam, questionando se alguém foi responsabilizado pelos erros cometidos, nomeadamente o facto de o projeto prever a ligação das redes a estruturas inexistentes.-----

A Presidente respondeu que tal pode acontecer num outro qualquer projeto de loteamento, dando conta que a Escola da Ribeirinha tinha determinadas exigências e que as redes estavam perto, daí que tivessem de ser construídas.-----

O Vereador Fernando Dias indicou que a carta da empresa à Câmara Municipal foi escrita a 31 de maio, considerando que está a faltar informação, como por exemplo a resposta da Câmara Municipal. A Presidente ressaltou que se pronunciaram em relação a isso, dando conta de ter sido a suspensão parcial da obra, motivada pelas chuvadas e o mau tempo que se fez sentir nessa altura, explicando que a empresa pediu apenas um prazo até agosto, em vez de ter pedido até dezembro. O Vereador Fernando Dias perguntou se a empreitada foi concluída. A Presidente respondeu afirmativamente. O Vereador Alonso Miguel reiterou a questão relativamente às redes e a ligação à escola, que a Presidente esclareceu explicando que as questões colocadas dizem respeito a outra empreitada, posterior à do arruamento, situação que disse ser decorrente do local onde a escola foi construída, onde não havia estrada nem, conseqüentemente água ou luz.-----

Independentemente da posição do CDS/PP em relação a este ponto, o Vereador Alonso Miguel manifestou que este projeto nasceu mal, num lugar que, para o CDS/PP não era o ideal, exatamente porque não tinha acessos nem ligações. Propôs de seguida que retirassem o assunto da agenda e que, se possível, se agendasse uma visita à escola, com todas as partes envolvidas: empreiteiro, fiscalização e Vereadores. O Vereador apontou ainda que a escola trará ainda mais prejuízos à Câmara Municipal, destacando que ninguém sabe o ponto de situação sobre a mesma.-----

A Presidente indicou que foi facultada informação informalmente. Apesar disso, manifestou que os Vereadores devem ter noção da pressão que está a ser exercida por parte das várias pessoas envolvidas neste processo, que disse estarem à espera desta deliberação, porque esta irá dar lugar ao pagamento da última fatura. O Vereador Fernando Dias indagou sobre o montante. A Presidente disse ser de cerca de trezentos mil euros. O Vereador Fernando Dias destacou que a informação de que dispõem é que a obra não está concluída. A Presidente assegurou que está. Explicou que a última fatura está retida por via da existência das multas, especificando que a obra da Meneses & McFadden, Lda está concluída, estando a decorrer a do arruamento que está a ser executada pela Tecnovia. O Vereador Fernando Dias ressaltou que o Eng. Gil Navalho refere no relatório que a obra não está concluída. A Presidente reiterou que não estava à data da elaboração desse relatório. O Vereador Fernando Dias destacou que esta é a informação de que dispõe. O Vereador Alonso Miguel concordou, finalizando que precisam de saber qual o ponto de situação. A Presidente disse concordar com a visita, ressaltando que poderão discutir o assunto novamente na reunião extraordinária do dia 12. Apesar disso, evidenciou que uma semana é pouco tempo para os presentes, mas não para quem tem montantes em dívida.-----

O Vereador Fernando Dias reiterou o facto da aplicação da sanção não ser obrigatória. Frisou que o montante em causa é muito alto, colocando a hipótese de tal acarretar conseqüências, por exemplo por parte do Tribunal de Contas, independentemente do enquadramento desta situação. O Vereador Fernando Dias acrescentou que se deve salvaguardar a Câmara Municipal de uma eventual fiscalização do Tribunal de Contas. A Presidente disse que poderá contactar esse órgão, mas que não lhe será dada qualquer resposta a não ser que o Tribunal de Contas seja um órgão consultivo. O Vereador Fernando Dias sugeriu que seja pedido parecer ao Dr. Carlos Farinha. A Presidente

concordou, acrescentando que a não aplicação de multas é recorrentemente no resto do país, reiterando que não é obrigatória. O Vereador Fernando Dias ressaltou novamente que se trata de uma dúvida, pondo a hipótese de poderem vir a ser acusados de estarem a prejudicar o interesse público.-----

A Presidente concluiu que ia marcar a visita à escola para esta semana e que vai informar as partes interessadas. Apontou que se aguentará com a pressão e com os telefonemas das partes envolvidas no processo. O Vereador Fernando Dias replicou que a Presidente tem de lhes explicar a responsabilidade que está em causa. A Presidente salientou que as pessoas estão desesperadas e que muitas empresas estão devidamente organizadas e que têm problemas devido aos montantes em dívida.-----

Concurso Público para Execução da Empreitada de Remodelação das Redes de Abastecimento e de Drenagem de Águas em Chafariz Velho-Ladeira Branca

Ent. 6241 - Ofício n.º SAI-SMAH/2012/2308, de 20 de novembro, dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, remetendo o Relatório final de análise das propostas referente ao procedimento identificado em epígrafe, datado de 5 do corrente, acompanhado dos demais documentos que compõem o processo, para adjudicação.-----
Solicita ainda o Conselho de Administração dos SMAH o aumento temporário de fundos disponíveis no valor da proposta a adjudicar, ou seja, €990 544,94.-----

**A Câmara Municipal Municipal, por unanimidade, aprovou todas as propostas contidas no Relatório Final e determinou a adjudicação da proposta da empresa COTAÇOR-CONSTRUÇÕES SANTOS DOS AÇORES, S.A., de 30 de julho de 2012, pelo valor total de € 952.447,06 (IVA não incluído), nos termos conjugados do artigo 73.º e do n.º 4 do 148.º do CCP.-----
Mais deliberou a antecipação dos fundos.-----**

A Presidente indicou que este procedimento teve reclamações, situação que considerou normal, tendo em conta o valor em causa. Explicou que uma das situações levantadas, que deu mais trabalho à equipa dos SMAH, dizia respeito a um diagrama que previa uma data diferente do que estava no restante documento apresentado pela equipa que se propõe a adjudicação. Deu conta que o departamento jurídico foi consultado e que entendeu que se devia pedir esclarecimentos à firma em causa, acrescentando que tal informação foi pesquisada pelos juristas. A Presidente transmitiu que a empresa informou que se tratou de um erro de transcrição.-----

O Vereador Alonso Miguel indagou sobre a forma como é feita esta antecipação dos fundos. A Presidente respondeu que não tem a certeza se é dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo (SMAH), sendo remetida posteriormente à Assembleia Municipal, mas disse achar que sim. O Vereador Alonso Miguel inquiriu a razão de ser feita esta antecipação de fundos. A Presidente explicou que a Lei dos Compromissos prevê que uma requisição só pode ser emitida quando há prova de que há fundos disponíveis para pagar a totalidade do investimento. Apontou que, tratando-se de uma obra de um milhão de euros, é normal que essa disponibilidade não exista totalmente. Informou que essa mesma lei permite que se faça uma antecipação dos fundos disponíveis, mediante a respetiva autorização da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal também. Concluiu que se trata de uma autorização para que os fundos sejam contabilizados e assegurados, atendendo ao facto que se prevê a receção de fundos comunitários. Caso contrário, a obra não começa até que seja amealhado dinheiro suficiente na conta, o que provocaria atrasos na mesma.-----

O Vereador Alonso Miguel indicou que o voto nesse ponto do CDS/PP será a favor, uma vez que esta proposta partiu inicialmente do CDS/PP. No entanto, ressaltou que era suposto a obra ter sido feita há muitos anos, recordando que a proposta foi aprovada pela primeira vez em 2010, altura em que a verba foi inscrita no orçamento, deixando nota que espera que a obra seja feita no próximo ano. Destacou, ainda, que se trata de uma obra que está para ser feita há vinte anos.-----

O Vereador Fernando Dias questionou sobre a duração da obra, indagando se são trezentos e sessenta dias. A Presidente disse ter ideia de serem cerca de duzentos e sessenta, mas depois confirmou serem afinal trezentos e sessenta dias.-----

O Vereador Alonso Miguel apontou que anteriormente havia um problema que dizia respeito a um estudo geológico, que tinha de ser feito, de acordo com o então Vereador Cota Rodrigues, indagando se o mesmo foi elaborado. A Presidente disse não ter essa informação, mas deduziu que sim, uma vez que o estudo geológico é uma peça de procedimento. O Vereador Alonso Miguel recordou que a obra atrasou dois ou três anos, após aprovação da proposta do CDS/PP, para que o referido estudo fosse elaborado, uma vez que a natureza do solo seria muito complexa. O Vereador Alonso Miguel perguntou novamente pelo estudo. A Presidente supôs que este tenha sido feito antes e que terá servido de base ao caderno de encargos, sublinhando que não acompanhou o processo. O Vereador Alonso Miguel questionou se a obra será adjudicada à empresa Cotaçor. A Presidente esclareceu que estão a deliberar sobre a adjudicação à empresa Cotaçor e a antecipação dos fundos disponíveis. O Vereador Alonso Miguel indagou se a empresa está em processo de insolvência. A Presidente respondeu que não, mas indicou que este mês já esteve em *layoff*. O Vereador Alonso Miguel inquiriu se esta está em condições de assegurar a obra. A Presidente respondeu que a empresa aguarda a deliberação para iniciar a obra.-----

Concurso Público Internacional para Aquisição de Combustíveis Rodoviários, ao longo de 2013

Ent. 6430 - Ofício n.º SAI-SMAH/2012/2305, de 20 de novembro, dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, remetendo o Relatório final de análise das propostas referente ao procedimento identificado em epígrafe, datado de 20 do corrente, acompanhado dos demais documentos que compõem o processo, para adjudicação. - **A Câmara Municipal Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do PS (Partido Socialista) e dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) e 1 abstenção do Vereador do CDS-PP (Centro Democrático Social/Partido Popular), aprovou todas as propostas contidas no Relatório Final e determinou a adjudicação da proposta da empresa J.H. ORNELAS & C.ª, SUC., LDA., de 22 de outubro de 2012, pelo valor total de € 220.573,00, incluindo o desconto fixo de € 0,0406, a aplicar por litro dos combustíveis objeto do contrato (IVA não incluído), nos termos conjugados do artigo 73.º e do n.º 4 do 148.º do CCP.**-----

A Presidente deu indicação que as duas propostas apresentadas são da Galp e da Azoria, dando conta que a melhor proposta foi a da Azoria, por uma diferença bastante

pequena, esclarecendo que Azoria é o nome por que se conhece a empresa, mas que o nome do concorrente é J.H. ORNELAS & C.^a, SUC., LDA.-----

O Vereador Fernando Dias questionou o montante em causa. A Presidente indicou que a J.H. ORNELAS fornece o total, para a gasolina, no valor de três mil, oitocentos e trinta e quatro e a Galp no valor de três mil, setecentos e noventa e cinco, acrescentando que no gasóleo a J.H. ORNELAS fornece duzentos e vinte, quinhentos e setenta e três e a Galp duzentos e vinte e um, trezentos e seis. Feitas as contas, apontou que se trata de uma diferença de cerca de mil euros.-----

O Vereador Alonso Miguel inquiriu sobre qual o preço de base. A Presidente disse que é de três mil litros de gasolina sem chumbo de 95 octanas e cento e noventa e três mil litros de gasóleo.-----

Atribuição de subsídio – agradecimento

Ent. 5976 – Ofício n.º 315, de 31 de outubro de 2012, do Centro Comunitário da Terra Chã, agradecendo o apoio concedido pela Câmara Municipal Municipal para o Centro de Convívio. - **A Câmara Municipal Municipal tomou conhecimento.**-----

Reunião extraordinária

Proposta verbal da Presidente da Câmara Municipal Municipal, no sentido de se realizar uma reunião extraordinária, na semana seguinte à presente reunião, tendo em vista a apreciação e votação de documentos que deverão ser presentes à sessão da Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2012 e outros.-----

Alteração de reunião do executivo municipal

Após proposta da Presidente da Câmara Municipal Municipal, foi deliberado, por unanimidade, que a reunião do executivo municipal agendada para o dia 31 de dezembro de 2012, seja antecipada para o dia 27 do mesmo mês.-----

Fora da Agenda

Suspensão/condicionamento de Trânsito

Ent. 6495 – Pedido efetuado pela **Cáritas da Ilha Terceira**, com vista à suspensão de trânsito, desde a Praça Velha até à igreja da Sé, freguesia da Sé, no dia 1 dezembro de 2012, destinada à realização de uma marcha comemorativa dos dez anos da operação Dez Milhões de Estrelas – Um Gesto Pela Paz, para ratificação do ato praticado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal Municipal, por unanimidade, ratificou o ato administrativo praticado pela Presidente da Edilidade.**-----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Despesas de representação – pagamento com eficácia retroativa – Serviços Municipalizados

Ent. 6510 - Proposta dos Serviços Municipalizados de ratificação, com eficácia retroativa, do pagamento das despesas de representação efetuado nos meses de setembro a dezembro de 2012, a submeter a deliberação do órgão deliberativo, nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e da alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do código do procedimento administrativo. – **A Câmara Municipal Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente e dos Vereadores do PS (Partido Socialista), e 4 abstenções dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) e do Vereador do CDS-PP (Centro Democrático Social/Partido Popular) concordou com esta proposta de ratificação e deliberou submeter a mesma à Assembleia Municipal, nos termos supramencionados.**-----

O Vereador Fernando Dias deixou a nota que deveria constar na carta dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo (SMAH) as pessoas em causa, à semelhança do que foi feito em relação à Câmara Municipal e o respetivo valor. A Presidente indicou que são os mencionados na orgânica. O Vereador Fernando Dias questionou se as pessoas em causa já receberam. A resposta por parte da Dra. Isabel Correia foi positiva.-----

O Vereador Alonso Miguel questionou o que aconteceria caso não aprovassem a ratificação. O Vereador Fernando Dias ressaltou que as pessoas em causa teriam de devolver os montantes que receberam.-----

O Vereador Alonso Miguel deixou a nota que, mais uma vez, e legitimamente, a Câmara Municipal se apoia num parecer da Direção Regional da Organização e Administração Pública (DROAP) e que estes contam para as decisões da Câmara Municipal. A Presidente apontou que é o que têm vindo de fazer, acrescentando que é a entidade que os orienta nesses aspetos.-----

Nomeação representante da AGESPI

Ent. 1814 – Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 30 de novembro do corrente, com vista à designação, pelo órgão executivo, do representante da Edilidade na Assembleia Geral da Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira (AGESPI). – **A Câmara Municipal Municipal por maioria, com 4 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do PS (Partido Socialista) e do CDS-PP (Centro Democrático Social/Partido Popular) e 3 abstenções dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata), deliberou designar a Adjunta Maria Luísa da Costa Espínola, para a representação em causa.**-----

O Vereador Alonso Miguel considerou que, na forma como a proposta está redigida, não há necessidade de dizer que permanece a Dra. Rosa Azevedo. A Presidente apontou que não é necessário, mas que tal é inócuo. A Presidente destacou que não se trata de uma substituição, mas de um acréscimo. Indicou que na direção mantém-se a Dra. Rosa Azevedo e a Adjunta. Luísa Espínola na assembleia.-----

Pedido de apoio em espécie

Ent. 6132 – Ofício n.º 163/2012, de 8 de novembro de 2012, da Junta de Freguesia da Ribeirinha, solicitando um apoio em espécie, nomeadamente, autorização para a EDA ligar oito painéis de iluminação de Natal, distribuídos pelos diversos sítios da Freguesia. Para autorização do órgão executivo nos termos da alínea b) do n.º 4, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal Municipal, por unanimidade, autorizou o solicitado.**-----

A Presidente indicou que o valor em causa são duzentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos mais IVA o que disse totalizar trezentos e nove euros e oitenta e quatro cêntimos.-----

Relativamente a este pedido, o Vereador Fernando Dias manifestou que não tem nada a opor, caso os pedidos de outras juntas de freguesia, neste mesmo âmbito, sejam igualmente atendidos. A Presidente retorquiu que os pedidos das juntas de freguesia têm sido atendidos.-----

O Vereador Alonso Miguel questionou se esse custo será assumido pela junta de freguesia. A Presidente explicou que se trata de um pedido de ligação à iluminação pública que será pago pela Câmara Municipal. O Vereador Alonso Miguel leu que no pedido consta a informação que “a iluminação entre a Rua da Igreja e a Serra é suportada por esta junta”.-----

A Presidente esclareceu que são doze painéis de iluminação de Natal suportados pela junta e oito pela Câmara Municipal.-----

O Vereador Alonso Miguel perguntou se a Câmara Municipal tem possibilidade de responder a pedidos semelhantes por parte de outras juntas de freguesia. A Presidente respondeu que, se forem dentro desses montantes, será possível. A Presidente acrescentou, ainda, que têm sido atribuídos apoios muito mais significativos às juntas, quando comparados com este e que variam conforme as situações.-----

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

Angra do Heroísmo, 3 de dezembro de 2012.

A Presidente da Câmara Municipal Municipal,
